

EDITORIAL

COLCHA DE RETALHOS

As cidades crescem obedecendo às lógicas hegemônicas e desobedecendo ao conviver. A expansão, os passos e o crescimento se dão em vários sentidos. Uns seguem os caminhos do mercado: abrem-se avenidas; circulam-se espaços de privilégios para poucos; criam-se territórios com direito a segurança privada; revitalizam áreas onde vidas são menos valorizadas do que os imóveis; privatizam espaço aéreo. Outros passos amargam a luta pela sobrevivência, planejam o dia a dia como se não houvesse amanhã e acabam por construir a cidade nas bases do imediato, do emergencial. Estas duas formas de construção de cidade se relacionam de forma conflitiva, com linhas de interseções territoriais bem demarcadas, como retalhos que se alinham e desalinham num fazer e refazer do espaço que os compõem.

A cidade seria então esta colcha de retalhos, onde pedaços individualizados são disputados de forma desigual em processos de exclusão, inclusive territorial, com bases na construção e estruturação histórica das desigualdades sociais. Para se conhecer a cidade, os fatos e problemáticas que rondam o que se pode conceituar de *urbis*, não basta apenas um olhar para sua cultura, infra-estrutura, paisagens e cartões postais; também não se pode ficar preso apenas à perspectiva econômica, recuando-se ou silenciando-se diante de questões também mais amplas. Para conhecê-la melhor, é preciso viver ou saber como a grande maioria da sua população (sobre)vive; saber que tal realidade está encravada no processo de sua formação, que tem como causa e consequência os encontros e confrontos dos diversos grupos que a compõem.

No tecer urbano, na construção da sua malha ou no emaranhar-se dos seus pedaços e retalhos percebe-se a construção de uma lógica dominante: as vidas, as habitações, a infra-estrutura, transporte, saneamento, saúde etc. não seguem uma lógica homogênea onde as demandas e necessidades seriam atingidas uniformemente; pelo contrário, a cidade é construída por pedaços diferenciados, e a sua imagem é o reflexo do entrelaçar de suas desigualdades, das suas diferenças.

A lógica desta formação aparece imbricada no controle restrito dos poderes; ou seja, a concentração urbana acompanha a concentração de capital e acaba por transformar a cidade em campo de conflito entre as classes sociais – ressaltando que, para o Brasil e Salvador mais especificamente, a questão racial ganha força junto à questão de classe. Porém, existe também a visão de que a cidade mostra seu lado democrático, onde as diferenças podem ser confrontadas em espaço aberto e os conflitos são percebidos no dia a dia da própria construção espacial do tecido urbano; assim, ao mesmo tempo em que a cidade pode ressaltar uma determinada democracia, já que pressupõe encontros e confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, ela acaba por também apresentar seus violentos contrastes. Neste contexto, mais importante do que saber os resultados finais da formação das *urbis*, é reconhecer os poderes envolvidos e saber quem tem o poder de dar linha e acabamento à forma, e a quem caberá os pés dentro deste cobertor.

Não é de agora que se ouve falar (no mito) da democracia participativa. Este conceito, amplo a ponto de ser quase inatingível em alguns casos, também é remetido para as cidades. Neste caso, a participação se daria na própria construção da *urbis*. Todavia, a participação nesta construção perpassaria não só pela ação do construir, que pode ser levada em conta desde as chamadas ocupações informais, até a revitalização de áreas ditas abandonadas pelo poder econômico, imobiliário ou público estatal. A participação democrática da construção de uma cidade passa principalmente pela sua forma de planejamento, das estratégias e metas pensadas a longo prazo, do pensar e projetar o futuro da *urbis*; do abrir os caminhos e amarrar das linhas de seu território. Aqui também o conflito atua, e os saberes técnicos e científicos, somados aos interesses privados e políticos, disponibilizam tempo para este pensar planejado, enquanto que o a urgência do sobreviver dita outras regras, outro agir, outro pensar. Assim, abrem-se as brechas para a ocupação espontânea, para a alternativa a esta urbanidade pensada, onde “a medida do impossível” acontece por cima de todo planejamento pensado. Então pode-se ver naturalmente na cidade bancos de praça transformados em casa, muros em arte, semáforos como local de profissão, ruas como campo de futebol, centro como periferia.

O esforço de grupos e movimentos sociais organizados fez surgir o debate sobre o cumprimento da função social e a democratização da cidade. Leis, instrumentos de gestão pública, planos diretores e estatutos foram elaborados no intuito de instrumentalizar legalmente

as formas de construção, ocupação e distribuição dos espaços da cidade. O conflito continua, agora acrescentado outro termo: fazer cumprir as tais leis. As bases do embate porém não mudam, as linhas e os maiores pedaços do retalho parecem caber a um grupo restrito de pessoas, enquanto a grande maioria da população, vivendo um cotidiano árduo, ainda tem que fazer cumprir o direito de viver e sobreviver. A disputa desigual acaba por continuar facilitando o descumprimento das leis que regem a cidade, que regem o país. E assim o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), dois marcantes exemplos de construção coletiva, na grande maioria dos casos acabam por ficar no papel, nos livros, nas cartilhas populares.

Pode-se dizer então que cidade é conflito, interação, busca do reconhecimento dos direitos; o tal direito às cidades. Direito de ir e vir, de habitar, de participar das diretrizes, do pensar e agir político, do curtir o lazer, a cultura... A cidade dos sonhos, a cidade utópica, traria estes diversos direitos reconhecidos, mas, como a liberdade de uns termina quando incia-se o direito do outro, principalmente na sociedade de bases capitalistas, ao ampliar-se este conceito de liberdade e direito na cidade, como por exemplo sobre a questão da moradia, os pedaços, os retalhos, sempre aparecem distintos em forma, tamanho, tipologia...

Milton Santos e Henri Lebeufre, dois pensadores das questões urbanas, se aproximam nesta concepção de tecido urbano como malhas desiguais. Para eles é na cidade que as principais desigualdades sociais ganham forma, as disparidades são latentes e facilmente visíveis. Mais do que isso, ambos afirmam que a configuração deste território é resultado de uma disputa entre um pensar hegemônico de cidade, fundamentado em concepção ideológica de poderes (capital, cultural...) *versus* a própria dinâmica da práxis de construção da cidade via sobrevivência da maioria da população.

Neste emaranhado de linhas e formas coloca-se outra questão: onde cabem os espaços públicos na cidade? A pergunta poderia também ser feita de outra forma: “o que é espaço público e o que seria privado na cidade? Este enfoque quando colocado sob o olhar das cidades ganha diversas dimensões. Na arte, na chamada arte de rua, seja ela os grafites do hip-hop, as pichações, as instalações de artistas plásticos, a música ao ar livre, os monumentos... a apropriação do que seria público (muros, praças, viadutos, bancos...), por um artista, pode ter causas e efeitos diversos: pode fazer parte de um programa governamental, pode ser um ato e protesto, talvez consequência dos limites impostos em espaços mais institucionalizados, ou a busca da liberdade. Definitivamente a cidade democrática não é pública, já que o público acaba sendo privatizado por diversas formas desiguais. A arte nas cidades, ou seja a publicização do privado do artista e privatização do público para a arte, acaba por ser o exemplo mais lírico do que podemos chamar de apropriação do espaço urbano; seja ele legítimo, ilegítimo, de direito, ou apenas invasão.

Lembremos aqui que a cidade é composta de terra, ar e água, que mesmo sendo elementos da natureza, são também apropriadas pelo homem e transformados, para sua satisfação e dos seus anseios particulares, em uma “selva de pedra”. Nesta selva os instintos animais do ser humano também aparecem. A conquista, exploração e domínio de territórios pode ser percebido desde a construção dos condomínios de luxo numa determinada região (podendo este inclusive desmatar mata nativa e destruir nascentes de rio), com seus instrumentos de defesa erguidos em grades e toques de alarmes, como na manifestação das redes ligadas ao tráfico de drogas nos bairros populares que acabam por também restringir o domínio de uma área para a manutenção do seu habitat natural. Nestes casos o quarto elemento da natureza se coloca em chamas, em fogo, e acaba sendo natural, da natureza do homem, a busca da proteção contra um possível perigo, inimigo, utilizando-se das armas como último, ou primeiro, artifício para a manutenção da espécie.

Explode então a chamada violência urbana, como se o fato das mortes por causa externa, morte violenta, morte matada, fossem a causa, o início e o fim de toda situação de sítio que ronda os centros urbanos. A violência urbana também tem que ser analisada sob o viés de um enfoque integrado de causas e efeitos. É violenta a forma com que o poder público invade uma área já habitada por moradores das classes populares e impõe um determinado projeto de intervenção. É violento a forma de disponibilização do transporte público para a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que os utilizam para busca do seu sustento. Também é violento as disparidades existentes entre bairros vizinhos onde desde o esgoto até a intervenção do aparato policial as diferenças são brutais. E por fim, mais violento parece ser, a naturalização deste tecer urbano, com linhas e cores diferenciadas, onde o cotidiano da vivência destas violências acabam por fazer até da morte e das chacinas, apenas matérias de jornal que se rasga e põe-se ao chão no outro dia.

A cidade parece então ser uma concentração de problemas, um desfiar de vidas para a construção de um tecido desigual. Ao mesmo tempo ela por sua natureza, apresenta aos homens e mulheres que nelas habitam, o desafio das soluções, sejam elas privadas, públicas, estatais ou familiares. O sonho da oportunidade, das luzes, do capital, do entretenimento, das trocas, lazer, cultura... também parecem estar concentrados nas cidades. “Cidades urbanas” não parece mais ser uma expressão redundante, pois “cidades rurais” estão espalhadas também no contexto do campo e remetem aos mesmos sonhos e problemas talvez menos intensos do que os grandes centros urbanos. A Colcha se forma assim, para cobrir um corpo e protegê-lo, um corpo multifacetado que faz com que a segurança do abrigo cubra apenas um de suas partes. Um corpo diverso e único, que de passo em passo transforma-se em conurbações. Um corpo em disputa constante por espaço, saúde, transporte, água, infra-estrutura, moradia. O enigma das cidades parece não ter fim e sua expansão horizontal ou vertical pare ser a busca de uma possível condição de conviver; ou apenas sobreviver.